



V. 3/5

Voto de Saudação
1.º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores

O 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, é uma data de afirmação histórica da luta da classe trabalhadora por direitos, dignidade e justiça social.

Há 140 anos, centenas de milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores. Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na acção uma sociedade empenhada na justiça social, na paz, na liberdade, na democracia e na igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Em Portugal, o 1.º de Maio é indissociável das conquistas da Revolução de Abril, que garantiram o direito ao trabalho com direitos, a liberdade sindical e o Poder Local Democrático, pilares hoje sob ameaça de uma ofensiva concertada entre o patronato e as forças da direita.

A celebração deste ano ocorre sob a sombra do 'Pacote Laboral', um grave retrocesso social que facilita despedimentos, generaliza a precariedade e perpetua os baixos salários. Perante esta agressão aos direitos de quem trabalha, torna-se imperativo exigir a revogação destas medidas e a implementação de uma verdadeira agenda de valorização do trabalho.

Esta mudança exige o aumento geral dos salários em 15% (no mínimo 150€), a fixação do Salário Mínimo Nacional em 1050€ e a redução do horário para as 35 horas semanais para todos, sem perda de retribuição. É urgente combater a desregulação dos horários e a intensificação dos ritmos de trabalho, pondo fim à caducidade das convenções que asfixia a contratação coletiva e impede a conciliação entre a vida profissional e familiar.



O direito ao trabalho e a uma vida digna não são concessões, mas direitos fundamentais que o Estado tem o dever de assegurar. Comemorar o 1.º de Maio exige, por isso, a rejeição de políticas que agridem quem trabalha e o estrito cumprimento da Constituição da República Portuguesa, garantindo que a valorização do trabalho e dos trabalhadores se efective como o pilar central de uma sociedade justa, democrática e desenvolvida.

Assim, a eleita do PCP propõe que a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica, reunida na sua sessão de 28 de Abril de 2026, delibere:

1 - Saudar todos os trabalhadores da freguesia, da cidade de Lisboa e do país no Dia Internacional do Trabalhador, reconhecendo que é o seu trabalho que produz a riqueza e assegura o funcionamento dos direitos sociais fundamentais;

(Aprovado por unanimidade - 19F).

2 - Apelar à participação nas comemorações do 1º de Maio e nas jornadas de luta convocadas para Lisboa, pela valorização dos trabalhadores e pelo avanço nos seus direitos

(Aprovado por maioria - 18F/1A [CH]).

3 - Saudar e manifestar solidariedade com todos os trabalhadores que lutam pela revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e contra o "Pacote Laboral";

(Rejeitado - 10C [PSD-CDS-IL]/8F [L-BE-PCP-PS]/1A [CH]).

4 - Apoiar a exigência de uma política de efectiva valorização dos salários e das carreiras, de combate à precariedade e de defesa dos serviços públicos. ✓

(Aprovado por unanimidade - 19F)

Dar conhecimento:

Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Presidente da CML; Presidente da AML e grupos políticos municipais; CGTP-IN; União de Sindicatos de Lisboa (USL); STML e STAL.

A eleita do PCP na Assembleia de Freguesia de São Domingos de Benfica

Helena Barros

*Por intervenções e sugestões do Carlos Pires para
no item dar conhecimento também
à UGT*